

ÍNDICE

Apresentação
Maria João Antunes/ Cláudia Cruz Santos/ Cláudio do Prado Amaral 5

Introdução
Os Novos Atores da Justiça Penal
("O futuro é uma astronave que tentamos pilotar")
Cláudia Cruz Santos 7

PARTE I O MEDIADOR PENAL

Limites legais da mediação penal "de adultos" em Portugal
Pedro Sá Machado 23

A Justiça Restaurativa e o sistema jurídico-penal brasileiro – Breve análise sobre os antecedentes normativos, as experiências práticas e os procedimentos adotados no Brasil
Conrado Ferraz 39

O Princípio da Reserva de Juiz no âmbito da Mediação Penal em Portugal – Breve esboço acerca das implicações jurídico-constitucionais do regime introduzido pela Lei nº21/2007
Inês Filipa Rodrigues de Magalhães 73

A mediação penal no Brasil e o princípio da reserva de jurisdição
Hélio Pinheiro Pinto 101

A mediação penal-restaurativa e o processo penal-consensual: uma discussão acerca da verdade a partir da Lei n.º21/2007, de 12 de Junho
Pedro Sá Machado 163

Mediação Penal
Eduardo Arantes Burihan 193

PARTE II O DEFENSOR PÚBLICO

Uma história da Defensoria Pública
Rodrigo Azambuja Martins 221

O histórico do arcabouço normativo da defensoria: da assistência judiciária à assistência defensorial internacional
Jorge Bheron Rocha 265

Implicações penais e processuais penais da Defensoria Pública
Karla Padilha Rebelo Marques 317

Defensoria Pública em Portugal: Uma solução possível e desejável? Análise comparada entre os modelos português e brasileiro
Marta Madalena Botelho 351

PARTE III O PRIVADO COM INTERVENÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL

A intervenção da APAC na execução da pena privativa de liberdade
Cláudio do Prado Amaral 409

Os particulares na execução penal: a privatização de estabelecimentos prisionais no Brasil sob uma perspectiva jurídico-constitucional
Anderson Santos dos Passos 435

Implicações constitucionais, penais e processuais penais da intervenção de atores privados no âmbito da execução penal: A Reserva de Administração
Inês Filipa Rodrigues de Magalhães 467

A execução penal e a atribuição de funções a privados <i>Ana Karine de Albuquerque Alves Brito</i>	533
O Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, de 2009: “novos atores” e novos papéis para “velhos atores” na execução da pena de prisão <i>Inês Horta Pinto</i>	577
Parcerias público-privadas no sistema prisional brasileiro: o particular como novo ator e as implicações desse modelo <i>Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro</i>	601